



DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	499.430.729,50	24.602,36
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.506.451,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.367.869,57	24.602,36
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	481.556.408,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.793.323.843,39	8.665.016,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.801.988.859,85	0,4000%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.023.772.372,80	0,86%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.722.583.754,16	0,817%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.421.395.135,52	0,774%

FONTE: SIAFI2016, CONTAB, Data da emissão 10/mai/2016, 12h00min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

EDUARDO PEREIRA DA SILVA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 500, DE 24 DE MAIO DE 2016

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 2016.00.000006955-0, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2016, nos termos do Anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	196.579.657,45	3.157.283,98
Pessoal Ativo	151.419.001,04	2.995.321,47
Pessoal Inativo e Pensionistas	45.160.656,41	161.962,51
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	42.344.456,13	114.636,84
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	94.205,99	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.250.250,14	114.636,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	154.235.201,32	3.042.647,14

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	157.277.848,46	0,022454
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	307.401.509,45	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	292.031.433,98	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	276.661.358,50	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 12/mai/2016 e hora de emissão 14h.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 301, publicada no D.O.U de 20 de maio de 2016.

MAURÍCIO CALDAS DE MELO
Diretor-Geral

ADRIANA NOVAIS TEIXEIRA
Secretária de Administração

MÉRCIA GISELLE DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

MINISTRO GILMAR MENDES
Presidente do Tribunal